



Aguardando as eleições de 2022 em cenário de indefinições

Humberto Dantas ¹

Sabemos que a pandemia nos preocupa demais, e que a cabeça de muitos brasileiros está concentrada na ideia de se imunizar e tentar voltar a uma vida menos anormal. Mas façamos aqui um exercício para pensar onde estaremos daqui um ano. Em maio, às vésperas de junho de 2022, teremos governantes desincompatibilizados para a disputa de determinadas eleições, filiações partidárias definidas desde o início de abril e janela de transferência partidária de deputados fechada, ou seja: será possível imaginar quem serão os candidatos a quê no pleito de outubro que definirá presidente, governadores, um terço do Senado, deputados federais, estaduais e os vices e suplentes de todo esse contingente. Falta pouco para o clima se tornar mais intenso. E só não podemos esquecer do que será a reforma política desse ano, até o começo de outubro.

Assim, o objetivo desse texto é simples: o que temos no horizonte eleitoral faltando cerca de um ano e meio para a definição de quem ocupará o Palácio do Planalto em janeiro de 2023. As recentes decisões da justiça sobre Lula, as pesquisas das últimas semanas, a intensidade de Bolsonaro, as acusações contra seu governo e as indefinições do centro nos leva a tal esforço. Interessante será, como de costume, ler isso tudo daqui um ano e ver como analisar é exercício difícil. A tarefa aqui está dividida em três blocos: o que existe à esquerda, ao centro e à direita.

Esquerda

Lula é o principal plano do PT para as eleições de 2022. Já o era em 2018, mas aspectos jurídicos o impediram de participar. E o primeiro desafio é entender se o ex-presidente estará apto a participar. Há quem diga que haveria um grande acordo das “élites do poder” para lhe deixar livre, e ao mesmo tempo há quem afirme que a justiça será céler e o punirá. Aqui temos boatos, teorias infundadas e toda sorte de riscos que a superinformação traz. O fato, concreto, é que hoje Lula pode ser

candidato e tem se utilizado dessa prerrogativa para circular e formatar alianças. Pela primeira vez, a um canal francês, admitiu que será candidato se tiver chance.

Nesse sentido, o PT estaria disposto a trazer o PSOL para a aliança. Daria sustentação para eleger Guilherme Boulos governador de São Paulo em troca de apoio nacional a Lula. O ex-presidente, inclusive, disse que sonha em ter o empresário Josué Gomes, filho de José Alencar, que foi seu vice em 2002 e 2006, na chapa. O mineiro desmentiu, afirmando que não há esse acordo. Quanto a Fernando Haddad, o ex-prefeito de São Paulo, derrotado por Bolsonaro em 2018 e possível candidato ao governo paulista, estaria mais propenso a coordenar a campanha presidencial do PT.

Ainda na esquerda, Ciro Gomes, do PDT, contratou o marketeiro João Santana para aprimorar a sua imagem. Pouco mais calmo, elegeu Lula como adversário e calcula que encurrando o ex-presidente na esquerda fica com o voto de todo o resto. O gesto é ousado, e pode dividir um eleitorado que vem diminuindo sem o ex-presidente no jogo. A questão é como trará mais partidos para a aliança. Em 2018 o PT tirou o PSB da jogada e Ciro ficou isolado em chapa pura.

Para completar a avaliação do espectro, notícias ainda frágeis dão conta de uma possível fusão entre PSB e PC do B, o que resultaria numa terceira força bastante relevante. O desafio é compreender se esse movimento encontra reverberação positiva nos estados onde as legendas estão presentes, sendo relevante considerar as dificuldades de aspectos regionais reforçarem gestos de fusão desse tipo no plano federal.

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



Centro

Tudo o que o centro sonha em ter é uma candidatura viável, mas sequer parte de suas lideranças resolveram problemas associados à filiação partidária. Ademais, alguns nomes parecem perder força. O ex-juiz Sérgio Moro já deu sinais de que não entra na disputa, e uma conversa com seu empregador teria sido reveladora de tal desinteresse. O ex-ministro da saúde Luiz Mandetta não tem força para enfrentar um pleito nacional dessa envergadura. A saída seria negociar candidatura viável ao Senado ou a algum governo estadual. Luciano Huck, uma alternativa, dá mostras de que aceitará ocupar o lugar de Fausto Silva na grade dominical da Rede Globo.

O quarteto do PSDB – Arthur Virgílio, João Dória, Eduardo Leite e Tasso Jereissati – pode reforçar a tese de que total elevado de nomes representa algo igual a nada. O partido repreendeu publicamente o ex-presidente Fernando Henrique por conta de almoço com Lula, dizendo que o gesto enfraquecia o partido na disputa de 2022. A legenda sequer tem um nome, e creditar algum tipo de perda a FHC é gesto desesperado. O cardápio do almoço de ex-presidentes era a democracia, algo maior que as indefinições tucanas.

Assim, aparentemente um nome só vai surgir depois de lideranças locais se reorganizarem em novas filiações partidárias. Rodrigo Maia deve ir para o PSD, assim como Eduardo Paes. Quem pode seguir o mesmo caminho é Rodrigo Pacheco. O DEM também perdeu Rodrigo Garcia, vice-governador de São Paulo, para o PSDB. Isso deve levar Geraldo Alckmin para o PSD ou para o DEM. A incógnita aqui é João Dória: será candidato à Presidência, à reeleição ou deixaria a política se não puder disputar o Planalto? Se tentar Brasília ou deixar a política as coisas se acomodam: Garcia tenta se reeleger governador em 2022, e Alckmin, associado a Marcio França, reeditariam chapa forte, com o ex-governador tucano migrando para nova legenda. Nada disso pode fazer sentido, mas essas realocações explicam o que precisa ocorrer para o centro se mostrar mais concreto.

Direita

A não filiação partidária de Bolsonaro começa a lhe cobrar preço elevado. Seu partido próprio nasceria desestruturado, e ele não pode disputar uma eleição sem espaço para se defender. O atual presidente não é mais uma novidade, e sim um agente que precisa defender seu legado. PRTB e PMB seriam destinos semelhantes à formação de uma nova legenda, ou seja: fracos e desestruturados. O segundo chegou a mudar de nome (Brasil 35), o primeiro foi procurado, mas a viúva de Levy Fidelix e seus filhos, donos do partido, não aceitam as condições de entregar a legenda de “porteira fechada”. A saída natural seria voltar ao rico PSL. Isso não é tão simples, sobretudo porque a legenda sabe se tratar do destino ideal. O preço é imenso, e politicamente destoa do discurso de Bolsonaro. Resultado: nem quem possui a mais potente caneta do país sabe se terá condições de disputar a Presidência em condições favoráveis.

E o problema maior está aqui: a conjuntura não é favorável ao atual mandatário. Enfrenta CPI no Senado em que há forte sinal de responsabilização a ser relatada por Renan Calheiros; encara escândalo que o acusa de comandar orçamento secreto/paralelo junto ao Congresso para comprar apoio legislativo; assiste acusação de corrupção no Ministério da Saúde que teria envolvido a reforma sem licitação de imóveis no Rio de Janeiro; e radicaliza o discurso, estimula aglomerações, mantém posicionamento negacionista, busca falar para convertidos e se une a políticos contestáveis para aguçar brigas, sendo a ida a Maceió com Fernando Collor de Mello para atacar os Calheiros o gesto mais emblemático.

Por fim, o presidente tem perdido popularidade e estacionou perto dos 50% nas avaliações “ruim ou péssimo” em diferentes pesquisas. Enquanto isso, nos levantamentos de intenção de votos temos três blocos de resultados. No primeiro Lula lidera os dois turnos com folga. No segundo, há equilíbrio no primeiro turno, mas o presidente perde simulações contra diferentes candidatos na segunda volta. E no terceiro existe equilíbrio, mas sem qualquer cenário de boa vantagem de Bolsonaro, principalmente, contra Lula. O que teremos, de fato, em 2022?